

Notas sobre o Congresso Internacional do Ensino, Bruxelas, 1880¹

Moysés Kuhlmann Jr.

Resumo

Este texto analisa os *Relatórios Preliminares* do Congresso Internacional do Ensino, realizado em Bruxelas, na Bélgica, em 1880, quanto aos aspectos da sua organização e dos seus objetivos, especialmente os relacionados à educação da criança. O congresso pretendia elucidar e vulgarizar as questões sociais e pedagógicas relacionadas ao ensino de todos os graus. Para tanto, formularam-se questões, gerais e específicas, para cada seção, e indicaram-se convidados a respondê-las, o que configurou posições, opções e restrições. As questões versam sobre variados assuntos: os programas, o método intuitivo, Froebel, os materiais didáticos, as construções escolares, os museus escolares. A preocupação com a educação das crianças ocorre nas diversas seções, direta ou indiretamente. A difusão internacional de concepções e instituições educacionais ganha impulso com os congressos profissionais, em que representantes dos diversos países legitimam modelos de integração às "nações civilizadas".

Palavras-chave: congressos; ensino intuitivo; infância.

Abstract

This text analyses the *Preliminaries Reports* from the Instruction International Congress, held at Brussels, Belgium, 1880, and focuses its aims and organizational aspects, especially those about the childhood education. The congress intended to explain and to spread the social and pedagogical issues related to all the schools grades. Therefore, it has been prepared general and specific questions, to each section, and specialists were invited to answer them, configuring positions, options and restrictions. These questions asked about several issues: programs, intuitive method, Froebel, didactical materials, school buildings, educational museums. Direct or indirectly, childhood education was under discussion in all sections. The growth of the international spread of educational conceptions and institutions is due to the professional congresses, wherein integration models to "civilized nations" were legitimated by delegates from various countries.

Key-words: congresses; intuitive method; childhood.

¹ Apresentado no V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Évora, 2004.

Este texto é um primeiro produto de estudo em desenvolvimento sobre os *Relatórios Preliminares* do Congresso Internacional do Ensino, realizado na Bélgica, em 1880. Aqui, serão analisados aspectos da sua organização e dos seus objetivos, relacionados à educação da criança.

O livro contém informações sobre a organização do encontro e pareceres escritos por especialistas. De acordo com o regulamento do encontro (art. 8º), os *Relatórios Preliminares* deveriam ser distribuídos dois meses antes da realização do Congresso. Com isso, pretendia-se trazer os "debates contraditórios" em resposta às questões formuladas para as diferentes seções. A adoção desse procedimento sugere uma garantia de amplo debate de opiniões, como em uma comissão de inquérito "em que todos os fatos e idéias possam ser expostos livremente e se controlar mutuamente". Prescreve-se a busca da "verdade", sem imposições: de acordo com os *Relatórios*, o congresso "discute, esclarece, não adota resoluções" (art. 3º). Mas a forma de organização do encontro, a definição das questões, assim como a seleção dos convidados a respondê-las já configuram posições, opções e restrições, que permitem analisar importantes aspectos relacionados à história da educação naquela época.

O interesse por esse material, localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa, deve-se ao fato de haver encontrado referências ao Congresso em pesquisas sobre a história da educação infantil brasileira. Pode-se supor que o seu modelo de organização tenha inspirado a proposta do Coogresso da Instrução, previsto para se realizar por ocasião da Exposição Pedagógica de 1883, no Rio de Janeiro. Embora este congresso não tenha ocorrido, publicaram-se, ao estilo da reunião de 1880, os pareceres relativos às questões formuladas para as duas seções propostas: Estudo de questões relativas ao ensino primário, secundário e profissional; e Ensino superior. A proposta de realizar a Exposição Pedagógica, feita durante os preparativos do congresso não realizado, referiu-se explicitamente ao encontro de Bruxelas. Observe-se que na Exposição de 1883, as duas primeiras salas foram reservadas para a exposição oficial organizada pelo ministério da Instrução Pública da Bélgica, com documentos oficiais e informações gerais sobre a organização do ensino naquele país.

A difusão internacional de concepções e instituições educacionais ganha impulso com os congressos profissionais, que ocorrem em grande número a partir de 1870, organizados não apenas em torno da educação, mas dos mais variados temas. Esses congressos, realizados muitas vezes no âmbito das Exposições Internacionais do final do século XIX e início do século XX, reúnem representantes dos diversos países para legitimar modelos e critérios de integração ao "concerto das nações civilizadas". Os mais diversos setores sociais ocupam-se da organização do estado e das

instituições. A definição de caminhos e procedimentos para se atingir a modernidade, o progresso, envolve um conjunto de temas como as obras marítimas, a unificação da hora, os padrões de pesos e medidas, a legislação trabalhista, industrial e penal, a higiene e a saúde, a instrução pública.

O Congresso do Ensino de 1880 é uma dessas reuniões. O Comitê Geral foi composto por representantes dos seguintes países: Alemanha, Bélgica, Brasil, Chile, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia e Noruega (juntas), e Suíça.

Os membros portugueses foram: Lourenço d'Almeida Azevedo, professor de medicina da Universidade de Coimbra; António Maria de Amorim, diretor geral de instrução pública no ministério do reino, Lisboa; A. Ayres de Gouvêa, professor de direito eclesiástico, ministro de estado honorário, Granja; José-V. Barboza do Bocage, professor da Escola Politécnica, diretor do Museu de História Natural, Lisboa; Thomaz de Carvalho, diretor da Escola de Medicina de Lisboa; Luís da Costa e Almeida, professor de mecânica racional na faculdade de ciências matemáticas da Universidade de Coimbra; Manoel Maria da Costa Leite, diretor da escola de medicina do Porto; A. X. Palmeirim, general de divisão e par do reino, Lisboa; António dos Santos Viegas, professor de física na Universidade de Coimbra; Jacintho António de Souza, diretor do Observatório meteorológico e magnético, Coimbra; e Vicente de Villa Maior, par do reino, reitor da Universidade de Coimbra.

Os membros brasileiros foram o senador Manoel Francisco Correia; Benjamin Franklin Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional; barão Homem de Mello, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Baptista Caetano d'A. Nogueira, vice-diretor dos telégrafos; Barbosa Rodrigues, professor do Colégio Imperial de D. Pedro II, todos do Rio de Janeiro; e o Barão de Melgaço, contra-almirante reformado, de Cuiabá, Mato Grosso. Manoel Francisco Correia, presidente da Sociedade Propagadora da Instrução, participou da organização da Exposição Industrial de 1881, na qual foi relator da seção de Instrução Pública. Ramiz Galvão teve expressiva participação em eventos comemorativos, como a organização da Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional, em 1881 e do Livro Comemorativo do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, em 1900, e na área educacional. O barão Homem de Mello foi inspetor da instrução pública no Rio de Janeiro.

O Congresso de 1880 tinha por objetivo "elucidar e vulgarizar as questões sociais e pedagógicas" relacionadas ao ensino de todos os graus (art. 2º do regulamento). Chama a atenção que, no seu regulamento, a educação infantil é associada diretamente ao ensino primário, na denominação da primeira seção: Creches, Jardins de Infância, Escolas

Guardiães, Ensino primário (mesmo que, fora do texto do regulamento, esta seção seja intitulada simplesmente Ensino Primário). As demais seções são: Ensino médio; Ensino superior; Ensino de matérias especiais, profissionais, técnicas, agrícolas, comerciais (fora do regulamento, denominada Escolas Especiais); Ensino popular, cursos, conferências, bibliotecas, museus, sociedades para propagação da instrução (fora do regulamento intitulada Ensino de Adultos); e Higiene Escolar.

A estruturação de sistemas educacionais como componentes de modelos de organização estatal e institucional é marcada por essas duas ordens de problemas apontadas nos objetivos da reunião, os sociais e os pedagógicos, que se inter-relacionam. As questões sociais surgem da necessidade de definições quanto à educação do povo para a sociedade moderna, por meio de instituições de educação popular, distintas daquelas destinadas às "classes superiores" (assim denominadas nos textos do congresso de 1880 e em outros textos do período). Nos pareceres discutidos na seção Ensino de Adultos, isso fica explícito: adultos a serem educados são os trabalhadores e os pobres, que não foram educados em sua infância e precisam receber instrução e moralização. As questões pedagógicas indicam mais claramente a delimitação da educação como um campo de conhecimento específico para a organização da vida social.

Embora o congresso se ocupe de todos os graus, nota-se uma maior amplitude de questões e propostas direta ou indiretamente relacionadas à educação das crianças, especialmente no âmbito do ensino primário. Das 932 páginas de relatórios, praticamente um terço, 304 páginas, referem-se à primeira seção. Na seção de Higiene, a segunda em tamanho (215 páginas), boa parte dos temas reportam-se à educação das crianças, como será visto adiante.

Em todas as seções, havia uma questão para tratar na Assembléia Geral e outras a serem debatidas nas próprias seções, subdivididas em questões gerais e especiais, ou subsidiárias. O ponto de partida para a discussão sobre a educação das crianças relaciona-se aos objetivos políticos da educação do povo e das classes. Na seção Ensino Primário, a primeira questão, para tratar na Assembléia Geral, era:

Qual o objetivo que deve perseguir o legislador ao elaborar o programa do ensino primário?

O objetivo é fazer adquirir conhecimentos determinados, ou cultivar de maneira integral as faculdades físicas, intelectuais e morais?

Que deve fazer a escola primária do ponto de vista da educação do povo?

O relatório, elaborado por A. J. Pick, de Viena, acaba por defender que a escola deve tornar feliz a aceitação do destino social como

condição natural das classes. O autor fala daquele que se sustenta com o seu suor, que espera da escola que seu filho ganhe a vida com menos sofrimento, e daquele que almeja que a escola permita a seu filho conquistar postos mais altos, que lhe tenham sido inacessíveis, nas classes da sociedade. A escola proporcionará ao primeiro, o ganho mais fácil, e ao segundo, "o poder, a influência, as honras ou a consideração; a cada um a sua felicidade [bonheur, no original], segundo a idéia que cada um se faz". Para tanto, a escola deve ser "prática".

De acordo com o autor, os homens em geral poderiam ser divididos em 2 grandes grupos: aqueles em que o acaso da vida se desenrola nos limites estreitos da sua pátria, e aqueles que devido à sua posição ou por sua impulsão interior se encontrem mais ou menos em relação com o conjunto do mundo. No primeiro grupo estariam: "o camponês, o operário, o homem que ganha sua vida, etc.". No segundo grupo, "o sábio, o professor, o artista, o fabricante, etc.". Para o primeiro grupo, caberia a escola primária, que cumpriria a função de iluminar o domínio estrito da prática dos seus alunos "como um microcosmo". As escolas primárias permitiriam adquirir conhecimentos determinados, assim como os conhecimentos políticos e sociais, para que mais tarde, esses alunos pudessem ser "capazes de julgar", sem "se tornarem instrumentos nas mãos de outros". Apesar do objetivo comum, as escolas primárias deveriam ser as mais diversamente organizadas, "por que elas devem ser as mais individualizadas". Para o segundo grupo, as escolas médias iriam mostrar "a vida de conjunto, toda a humanidade como unidade".

Essas considerações vão ao encontro das apresentadas por M. Steinbart, diretor do colégio científico em Duisbourg, Alemanha, na seção do Ensino Médio, em resposta à pergunta se as escolas médias poderiam dar o ensino elementar ou se isto caberia à escola primária, e se conviria fixar um mínimo de idade para a admissão nos estabelecimentos de ensino médio. Para ele, a escola média exigiria saber ler a língua materna correntemente e com compreensão, escrever com alguma fluência e sem erros, e o conhecimento das operações aritméticas. Desse modo, com a idade de 9 anos (ou 8 anos e meio, para aquelas com desenvolvimento precoce), a criança poderia ingressar no ensino médio. Portanto, no lugar de passar pela escola primária, e dela sair antes de sua conclusão, para o ingresso no ensino médio, essas crianças poderiam frequentar escolas preparatórias para esse grau. Isso mostra que, ao mesmo tempo em que se define uma distribuição etária que estrutura a escola primária como lugar de crianças, também se identifica uma distribuição social para os distintos graus de ensino, em que a escola primária não é vista como destinada às crianças das "classes superiores".

Essas divisões não são claramente estabelecidas no conjunto das comunicações, e o papel e a destinação do ensino primário reveste-se de um certo grau de indeterminação com relação aos seus aspectos sociais, ora entendido como um ensino para todos, ora como uma escola para as classes populares. Mas o ensino médio é claramente representado como algo para poucos.

Também do ponto de vista dos sexos, formulam-se distinções sociais. Entre as questões a tratar na seção do Ensino Primário, perguntava-se:

O ensino das meninas exige regime e programa especial? (em que idade, a escola mista? Nas escolas mistas, bancos comuns ou separados?).

O relatório de M. E. Laporte, inspetor de ensino primário em Melun, considera que a mãe é a primeira educadora da infância e que a mulher deveria ser preparada para "exercer os graves deveres de esposa e mãe". De início, o ensino até poderia ser misto, desde que meninos e meninas ficassem separados na classe, de modo a evitar "familiaridades ou curiosidades perigosas". Mas quando, entre os 9 e 10 anos, a menina, "obedecendo a uma lei natural", passasse a se interessar pelos trabalhos das pessoas de seu sexo, seria bom "discretamente começar a restringir suas relações com os meninos" e a sua instrução deveria se realizar em estabelecimentos especiais.

A distribuição social na educação é tratada para situações específicas na quarta seção, Escolas Especiais, que envolve as escolas industriais e profissionais, o ensino de ginástica, os conservatórios e a arte musical, e as escolas de "surdos-mudos, cegos e idiotas". Como questão a tratar na Assembléia Geral, procura-se a melhor organização a dar às academias ou escolas de desenho "para que a arte possa preencher, no interesse das massas, sua missão educacional", sob o ponto de vista das escolas médias, das escolas primárias, e das escolas técnicas ou industriais.

Como assinalado acima, essas questões mais referidas aos aspectos sociais se articulam com aquelas de ordem pedagógica. Às vezes, de forma indireta, outras vezes, mais diretamente, como na primeira das questões gerais a tratar no interior da seção do Ensino Primário, que sugere limites à liberdade de ensino:

A liberdade se opõe à lei que exige garantia de capacidade ou de moralidade dos que têm a profissão pública de ensinar?

Na maior parte das legislações, figura entre as penas a proibição de direitos políticos ou civis, como o de ser tutor, de fazer parte de um conselho de família, etc. O legislador deve compreender o direito de ensinar entre essas interdições?

As leis penais reprimem os fatos que perturbam a segurança do Estado. Nos países livres, esta repressão não atinge a simples expressão de opiniões. Se é ensinado o desprezo às leis em uma escola não oficial, mas acessível a todos, este ensino está protegido pela liberdade de opiniões e de ensino, ou constitui um fato a reprimir?

O relatório de X. Olin, membro da Câmara de Representantes e Reitor da Universidade Livre de Bruxelas, entretanto, é bastante cauteloso. Se há limites à liberdade de ensino, tanto do ponto de vista do respeito aos direitos do outro, quanto ao respeito da ordem pública, o Estado não pode pretender a infalibilidade, pois as inovações e as novas crenças notabilizam-se por, em seu início serem combatidas como perigo e como heresias. A história do progresso estaria caracterizada por lutas incessantes. Se a liberdade de ensino, quando se refere a um aluno maior, na plenitude de suas faculdades, garante-se pela liberdade de escolha de seu mestre e da sua escola, a situação torna-se diferente quando o ensino se dirige à criança, pois "o homem, no debutar da vida, tem direitos sagrados e invioláveis, mas é incapaz de exercê-los por si", pois não atingiu a idade do discernimento necessário para dirigir racionalmente as suas escolhas e preferências. Assim, a intervenção governamental torna-se admissível nos povos onde a instrução seja decretada obrigatória, no sentido de se proteger a criança, pois os pais não têm aí a opção de recusar-se a enviá-la à escola. Entretanto, quanto ao último quesito, o autor considera que "aqueles que não admitem delitos de opinião não devem erigir em delito a crítica de uma lei ou de uma instituição", seja em uma escola, em uma cátedra ou na rua e conclui:

Se o princípio é justo, ele o será sempre em todos os lugares. Nós somos daqueles que acreditam na justiça desse princípio: não nos exporemos então a uma censura inconsequente, ao resolver afirmativamente a questão proposta.

Na seção do ensino primário, algumas das questões propostas voltam-se para o seu conteúdo e envolvem tanto o programa de estudos, em geral, quanto aspectos mais específicos, como a importância da geometria e do desenho, em que medida o ensino deveria compreender as teorias gramaticais, e também o que e como ensinar em relação à história.

Há também questões sobre a relação com as crianças: qual o melhor sistema disciplinar e o melhor sistema de emulação, qual o melhor sistema de punições e premiações; se as lições seriam para fazer em casa ou apenas na escola; quantas horas as crianças deveriam passar cada dia na escola, a necessidade de período de recreação e a duração de cada aula.

As reflexões relacionadas aos procedimentos e aos materiais didáticos sobressaem nos relatórios, que detalham a discussão das práticas educativas e estabelecem seleções entre os métodos de ensino e o período

da infância. Pergunta-se sobre as propostas de exercícios que poderiam ser empregados para desenvolver a atividade, a espontaneidade e o raciocínio. Discute-se a organização dos museus escolares, onde os professores iriam com os seus alunos, e também as excursões escolares, como atividade pedagógica.

Propõe-se a revisão do método intuitivo: com base na experiência, quais os riscos a evitar? Para tanto, pergunta-se sobre a definição do método intuitivo, sobre quais as ciências da observação que se deve ensinar, bem como se as escolas primárias devem agrupar as noções científicas sob o nome da ciência a que se reportam, ou se devem coordená-las sob a denominação geral de lições de coisas.

A aplicação do ensino intuitivo relacionada ao desenvolvimento da indústria escolar pode ser verificada no Concurso Internacional para a confecção de material escolar, promovido pela *Ligue de l'Enseignement* para o Congresso e anunciado nos Relatórios. O concurso pretendia premiar materiais didáticos dificilmente encontrados no comércio e nas escolas primárias. O programa do concurso solicitava oito tipos de materiais, todos relacionados ao programa do ensino primário:

1. Uma coleção de instrumentos para demonstrar as leis da física e expor fenômenos relacionados a essa ciência, "composta de aparelhos os mais simples possíveis, muito sólidos, em material barato, de fácil manipulação", sem uma redução exagerada da sua dimensão.
2. Uma coleção de aparelhos simples e sólidos para a demonstração dos principais teoremas da mecânica.
3. Um globo na cor de ardósia com aproximadamente 60 cm. de diâmetro, que permitisse o desenho com giz, com as linhas dos meridianos em branco a cada 10 graus, os contornos dos oceanos em vermelho e os mares em fundo azul.
4. Uma coleção de instrumentos de agrimensura, leves, sólidos e proporcionais ao tamanho e força de uma criança de 12 anos, de modo que os alunos pudessem levá-los em excursões.
5. Um pequeno laboratório de química portátil, para as experiências as mais elementares que possam ser feitas em classe primária.
6. Um livro com série de experiências de física, de química ou mecânica que pudessem ser realizados com a ajuda de aparelhos construídos pelos próprios professores ou por objetos usualmente encontrados nas casas.
7. Uma coleção de pranchas para o ensino de história.

8. Uma coleção de mapas em relevo, econômicos e grandes para ensinar em classe.

A delimitação do campo educacional se faz tanto pela definição dos seus limites, como pela permeabilidade desses limites, de modo que a educação se faz presente nas questões políticas, jurídicas, sanitárias, etc., assim como essas questões são contempladas no interior das idéias educacionais.

Na sexta seção, Higiene Escolar, a segunda maior dos Relatórios, com 215 páginas, arquitetura, engenharia e medicina articulam-se com a pedagogia. Os aspectos materiais da organização dos sistemas educacionais não se restringem aos objetos de uso didático, mas envolvem propostas relacionadas aos espaços físicos.

Inicialmente, debatem-se as principais questões de higiene a observar na construção das escolas, envolvendo a iluminação, o volume de ar, os pátios e corredores, os ginásios e outras dependências, as privadas, banheiros e lavatórios, a ventilação e o aquecimento, as medidas a prescrever aos professores. No mesmo sentido, outra questão refere-se à construção e montagem dos jardins de infância.

Além do espaço físico, pensam-se propostas para o mobiliário escolar: quais os melhores modelos de carteiras, de móveis para os professores, as lousas, etc.

Os aspectos relacionados à saúde são também tratados de uma forma mais direta. Considerando-se que as escolas concentram grande número de crianças, pensa-se na organização do serviço médico, tanto do ponto de vista da higiene dos locais, como da saúde dos alunos e da saúde pública. Quer-se também definir modelos para as pesquisas estatísticas que possam constatar a influência da escola no desenvolvimento físico da infância. Finalmente, tratam-se das medidas práticas a prescrever nos jardins de infância e nas escolas primárias, do ponto de vista da medicação preventiva e da alimentação.

A identificação da escola primária como lugar de educação das crianças, a exigir definições específicas relacionadas a esse grupo etário, fica preponderantemente marcada pela incorporação do jardim de infância ao quadro de reflexões sobre a edificação de sistemas educacionais. A revisão do ensino intuitivo passa pela revisão das propostas de Froebel para o jardim de infância, como indica uma das questões da seção dedicada ao ensino primário:

O sistema Froebel deu lugar a críticas fundamentadas? Quais os desenvolvimentos e adaptações de que é suscetível?

É necessário um ensino normal especial para as professoras do jardim de infância?

Convém aplicar no ensino primário os princípios de Froebel, e por que meios poderão ali entrar?

Foram três pareceres sobre esse tema, que ocupam 73 páginas dos Relatórios, sem contar a referência a Froebel nas discussões de outras questões. Os pareceres foram escritos por A. S. Fischer, presidente da Sociedade para os jardins de infância, em Viena, pela inspetora de ensino de Bruxelas, A. Portugal e por Jules Guillaume.²

O tema do jardim de infância se impõe na agenda das discussões educacionais. No caso do Brasil, Rui Barbosa utilizou-se dos textos do encontro de 1880 nos seus pareceres sobre a reforma do ensino primário, em 1882, em que dedica um capítulo ao jardim de infância. Neste capítulo, Barbosa cita o parecer de A. S. Fischer e refere-se à inspetora das escolas infantis do Cantão de Genebra, a madame Portugal, para destacar a persistente influência de uma primeira educação racional.

O congresso de 1880 terá influenciado na proposição de questões para o Congresso da Instrução, de 1883, sobre a organização das escolas infantis, sobre a educação física, o sistema disciplinar e a formação do professorado. Escreveram sobre essas questões Menezes Vieira, Joaquim Teixeira de Macedo, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, Januario dos Santos Sabino, Alberto Brandão, e Augusto Candido Xavier Cony.

No parecer de Joaquim Teixeira de Macedo, este afirma que no Congresso de Bruxelas despertou grande interesse a questão dessa "primeira cultura da infância". Macedo refere-se ao parecer da inspetora Portugal e afirma: "as experiências feitas na Bélgica, Alemanha, Suíça e outros países, bem como os primeiros resultados obtidos, demonstram que os Jardins interpostos no maquinismo das instituições publicas, tornam-se um grande beneficio para as massas; acostumam as crianças à regularidade, à ordem e ao asseio, que raras vezes encontram na casa paterna".

Certamente, uma análise comparativa do conjunto das questões de um e de outro congresso, que não pôde ser feita no âmbito deste trabalho, indicaria muitos mais aspectos em que a organização do encontro de 1880 se fez presente nas propostas do congresso de 1883.

Este estudo evidencia que os *Rapports Préliminaires* são uma importante fonte para aqueles que pretendam pesquisar os mais variados aspectos relacionados à história da educação em Portugal e no Brasil, naquele período.

² A creche e as escolas guardiãs não são referidas diretamente nas questões, embora mencionadas em alguns pareceres. Está em elaboração artigo que analisa esses pareceres.

Referências

BARBOSA, R. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. volume X. Tomo III. Capítulo IX, Jardins de crianças. Edição comemorativa do 1º centenário dos pareceres apresentados na Câmara do Império em 1882. Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Conselho Estadual de Educação, 1982.

CONGRESSO DA INSTRUÇÃO, Rio de Janeiro, 1883. *Actas e pareceres*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1884, p.10.

KUHLMANN JR., M. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C., KUHLMANN JR., M. (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p.459-503.

_____. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais, 1862-1922*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

LIGUE BELGUE DE L'ENSEIGNEMENT. Congrès International de L'Enseignement, Bruxelles, 1880. *Rapports préliminaires*. Bruxelles: Libr. De L'Office de Publicité, 1880.

RIO DE JANEIRO. Exposição Pedagógica, 1883. *Guia para os visitantes da exposição pedagógica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

<p>Moysés Kuhlmann Jr. é pesquisador da Fundação Carlos Chagas (FCC) e professor da Universidade São Francisco, SP. Publicou vários trabalhos na área de história da educação infantil.</p>
--

Recebido em: 25/01/2005

Aceito em: 28/07/2005